



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JESSICA BRITO TEIXEIRA

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA
INSERÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.**

JUAZEIRO DO NORTE

2022

JESSICA BRITO TEIXEIRA

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA
INSERÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite.

JUAZEIRO DO NORTE

2022

JESSICA BRITO TEIXEIRA

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA
INSERÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite.

Data de aprovação: 06/12/2022

Banca Examinadora

Prof.^a. Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientador(a)

Prof.^a . Esp. Jamille de Lima Vieira
Examinador (a) 1

Prof. (a). Ms. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio
Examinador (a) 2

JUAZEIRO DO NORTE

2022

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho a meus pais, Francisco Alves Teixeira e Luzanira Moreira Brito Teixeira, por serem meu alicerce. Sem o apoio de vocês, eu jamais conseguiria conquistar tudo o que conquistei. Sem o amor de vocês, eu não saberia qual o significado de amor incondicional. Sem os cuidados de vocês, eu não teria a capacidade de cuidar sem esperar nada em troca. Sem vocês, eu seria tão pouco.”

Obrigado por me fazerem ser tanto!

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta caminhada, nunca estive sozinha, foram inúmeros os desafios e aprendizagens, mais graças ao meu bom Deus sempre pode contar com pessoas maravilhosas, que me ajudaram nessa trilha, seja através de uma palavra motivadora ou um simples abraço, por esse motivo, agradeço notadamente à:

Deus, por ser meu norte, meu guia nos momentos mais difíceis, por me permitir viver experiências incríveis e únicas e por nunca me deixa fraquejar ou desistir. Toda honra e toda glória a ti.

Meus pais, que nunca desacreditaram no meu potencial e que sempre me incentivaram para minha formação pessoal e profissional.

Meu irmão, que sempre foi um porto seguro e sempre esteve ao meu lado.

Ao meu noivo, que foi o meu maior incentivador nesse projeto, principalmente nesta reta final da graduação, sempre aconselhando e tirando minhas dúvidas mais frequentes. Minha eterna gratidão repleto de carinho e amor.

Aos meus amigos e demais familiares

As minhas colegas de graduação, por todas as aventuras e partilhas de conhecimentos no decorrer dessa trajetória.

Aos professores, por contribuírem na metodologia de ensino que buscava entrelaçar teoria com prática, no processo de estágio supervisionado, principalmente em nome de Fabíola, vocês são inspirações como profissionais.

A minha estimada orientadora de conclusão de curso Cecília Bezerra Leite, por sanar todas as dúvidas e angústias que circundam o processo de construção do presente trabalho, você foi brilhante e essencial para esse estudo.

E de modo especial, agradeço ao curso de Serviço Social da UNILEÃO, pelo compromisso com seus discentes e por me possibilitarem meios para um olhar crítico e sensível com a realidade social. Ensejo exercer esta profissão com ética, compromisso e com o mesmo fervor ao qual durante a graduação sempre visualizei no olhar, na fala ou no agir dos profissionais de Serviço Social (coordenação de curso, professores (as) e convidados), ao qual cruzaram meus caminhos durante esses quatro anos repletos de aprendizagem.

EPÍGRAFE

*Pedras no caminho?
Guarde todas; um dia
construirá um castelo.*

Fernando Pessoa

RESUMO

O ambiente escolar é um espaço social em que cada um, tem a sua realidade, é dever da escola preparar indivíduos para a vida e convivência em sociedade, é para que isso ocorra da melhor maneira, é de fundamental importância que houvesse um profissional capacitado junto com a gestão educacional para que dessa forma as questões sociais vivenciadas na escola pudessem ser solucionadas. Portanto, o presente trabalho é resultado de estudos realizados sobre o assistente social está inserido dentro das políticas de educação, vale ressaltar os apontamentos teóricos de alguns autores, tendo como objetivo principal compreender a importância do assistente social no contexto escolar das instituições de ensino regular. Demonstrar como este profissional pode contribuir em parceria com as equipes multiprofissionais da escola, sugerindo métodos e estratégias por meio do seu conhecimento técnico, fazendo a intermediação entre família, escola e sociedade. Em seguida segue o objetivo de entender quais os desafios que o assistente social enfrenta, pra conseguir, está inserido no âmbito escolar, e quais suas possibilidades que poderão contribuir com ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais, por último mostrar as competências e atribuições do assistente social na educação escolar e sua importância técnica para formação dos indivíduos. A vista disso, o presente trabalho se alicerçará em pesquisa bibliográfica acerca da temática, que tem como finalidade entender o que alguns autores vêm debatendo acerca da inclusão desse profissional no ambiente escolar.

Palavras-chaves: Política de Educação, Equipe Multiprofissional, Serviço Social, Assistente Social.

ABSTRAT

The school environment is a social space in which everyone has their reality, it is the school's duty to prepare individuals for life and coexistence in society, and for this to occur in the best way, it is of fundamental importance that there was a trained professional along with the educational management so that in this way the social issues experienced at school could be solved. Therefore, this paper is the result of studies conducted on the social worker is inserted into education policies, it is worth mentioning the theoretical notes of some authors, with the main objective of understanding the importance of the social worker in the school context of regular education institutions. To demonstrate how this professional can contribute in partnership with the school's multiprofessional teams, suggesting methods and strategies through his/her technical knowledge, mediating between family, school, and society. Then follows the objective of understanding what challenges the social worker faces in order to be inserted in the school environment, and what possibilities he/she has to contribute with actions that make education a practice of social inclusion, citizenship formation, and emancipation of social subjects. In view of this, this paper will be based on bibliographic research on the theme, which aims to understand what some authors have been discussing about the inclusion of this professional in the school environment.

Keywords: Education Policy, Multiprofessional Team, Social Service, Social Worker.

LISTA DE SIGLAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

USP – Universidade de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudante

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO	23
1.1 Indicadores teóricos a respeito da política de educação pública no brasil	20
CAPÍTULO – II SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	23
2.1 Introdução das equipes multiprofissionais no âmbito escolar	31
2.2 A educação como espaço de atuação.....	34
CAPÍTULO - III O ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL	37
3.1 Competências e atribuições profissionais do assistente social no âmbito escolar	38
3.2 O Trabalho do Assistente Social	43
3.3 Percurso Metodológico.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar sobre o papel do assistente social dentro da educação, com base nos diálogos dos autores mencionados abaixo, que fazem uma explanação do serviço social a partir do reconhecimento da importância da inserção desse profissional nos âmbitos escolares.

Vale ressaltar que a idealização deste trabalho se originou devido um questionamento do porquê uma profissão tão eficaz e extremamente importante, conseguir sofrer tantas dificuldades para ser reconhecida e inserida dentro dos contextos educacionais, tal motivo levou o processo de construção e análise desse trabalho, para entender os motivos para tais limitações.

Para Almeida (2000), pensar sobre as temáticas de serviço social na educação não é apenas pensar sobre a criação de estratégias para amplificação do mercado de trabalho. É ponderar sobre um amadurecimento de natureza política e profissional acerca da legitimação do assistente social no campo da política nacional de educação e da lei de diretrizes e bases visando a concretização de suas normas, a conquista da cidadania e a defesa dos direitos sociais que se efetivaram através das políticas sociais.

O serviço social é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei n.º3252/1957, que seguidamente foi revogada pela Lei n.º8.662/1993, visto que o surgimento de suas primeiras escolas no país se deram por volta dos anos de 1930. É reconhecida como tipo de especialização do trabalho coletivo, que tem como finalidade considerar em seu projeto ético político a estruturação da cidadania, com o propósito de contribuir no processo de construção de uma sociedade mais crítica, produtiva, justa e democrática (SOUZA, 2008).

A atuação do profissional da assistência social na área da educação teve seu começo na década de 1930, contudo, somente na década de 1990 obteve maior visibilidade, período em que o projeto ético político da profissão teve um grande desenvolvimento, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, que no ano de 2001, foram criadas as Comissões Temáticas de Educação nos CRESS que estabeleceram novas abordagens, debates e

discussões a respeito desta temática, foi neste mesmo ano que o CFESS propôs a criação de um grupo de estudos sobre o serviço social voltado para educação, que teve por objetivo de criar um documento que depois recebeu o nome de serviço social na educação, tal grupo teve como finalidade contribuir com as discussões que se estruturavam dentro do cenário nacional do país, neste documento se abordou sobre a função social da escola, a educação foi tratada como direito social e a contribuição do serviço social teria para a garantia do direito a educação, a escola como instancia de atuação do assistente social (CFESS, 2011).

A monografia se estrutura em seis tópicos, iniciado pela presente introdução, o segundo tópico aborda sobre a história da educação no Brasil e suas políticas públicas de ensino; O terceiro apresenta o serviço social na política de educação: desafios e possibilidades; O quarto tópico aborda atuação do assistente social no contexto educacional, o quinto nos traz o percurso metodológico que o trabalho trilhou; O sexto e último aborda as considerações finais expondo as observações feitas em relação ao resultado final da pesquisa.

O presente trabalho analisou os desafios e possibilidades da inserção do assistente social dentro do âmbito educacional. A sua problematização consistiu em entender as dificuldades que são enfrentadas no cotidiano para uma possível efetivação de políticas que contribuam para efetivação desse profissional nos âmbitos escolares. Dessa forma foi possível entender e compreender os anseios dos assistentes sociais com relação a esse cenário mais contemporâneo, mostrando as expectativas e desafios presentes neste campo bastante contraditório da política social, com vistas a ampliação do debate sobre a atuação de profissionais da assistência social na educação. Não podemos deixar de mencionar os problemas enfrentados para a incorporação deste profissional dentro das políticas educacionais, no espaço escolar e no auxílio de inúmeras demandas existentes nas instituições de ensino.

O trabalho teve como objetivo geral e seus específicos respectivamente, demonstrar os impactos da inserção do serviço social nas políticas educacionais e de fazer análises sobre os desafios e possibilidades de atuação do profissional e comprovar de que modo o serviço social enquanto profissão inserida na

divisão, sócio técnico do trabalho, pode ser efetiva, foi analisado também os limites que impedem a inclusão da atuação do profissional e suas inúmeras possibilidades e verificar a complexidade da atuação do assistente social inserido nos espaços de educação.

O presente trabalho de conclusão de curso teve como importância compreender a complexidade da atuação do assistente social inserido dentro dos espaços educacionais, face às demandas que surgem desses espaços originários de múltiplas expressões da questão social, assim como seus desafios de inserção nessas políticas educacionais.

Esse tema é de supra importância para o serviço social e sociedade, tendo em vista que o trabalho do assistente social na educação vem para contribuir para democratização, acesso e permanência do indivíduo no espaço educacional, na luta por melhorias na qualidade de ensino e promoção cultural do cidadão, assim como a defesa e garantia dos direitos sociais para a comunidade escolar. Sobre a função do serviço social na educação, Almeida (2000), argumenta que sua integração tem se dado no amplo sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócios institucionais.

Vale ressaltar que a idealização deste trabalho se originou devido um questionamento do próprio autor sobre o porquê uma profissão tão eficaz e extremamente importante, conseguir sofrer tantas dificuldades para ser reconhecida e inserida dentro dos âmbitos educacionais, tal motivo levou o processo de construção e finalização desse trabalho, para entender os motivos para tais limitações.

Dentro do contexto social a pesquisa conseguiu trazer benefícios para toda a comunidade inserida nos espaços escolares, que vão desde a alunos, pais, professores e todos que fazem parte deste ciclo escolar, salientando que esse profissional uma vez inserido dentro dos âmbitos escolares, pode colaborar de forma mais incisiva para formação e desenvolvimento social e educacional de cada indivíduo, com a missão de formar cidadãos melhores e mais instruídos.

O estudo em questão irá contribuir de maneira significativa para demonstrar a real realidade da assistência social no âmbito das políticas educacionais, as adversidades e possibilidades de inclusão do profissional na educação, o que servirá de parâmetros no âmbito acadêmico, para novos

profissionais que venham surgir ou mesmo para alunos que optem para formação em serviço social, dado que o estudo mostrará os desafios e possibilidades da profissão, uma vez tendo tal assunto explanado ficará mais fácil a compreensão dos desafios que a profissão é capaz de exigir.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO

A educação é um fenômeno que está presente em todos os espaços da sociedade e dos grupos que as compõem, sua preservação, manutenção e evolução seguem os modos culturais de ser, estar e agir que são necessários para o convívio do grupo ou sociedade. O processo de socialização da educação é praticada nos diversos ambientes que haja interação e convívio social, seja esse ambiente um espaço de adequação do indivíduo a sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos a sociedade (BAGLIANO, 2012).

Segundo o referido autor, a educação é mais que um direito humano básico ela é fundamental ao longo da vida, pois, serve de base para o desenvolvimento do ser humano, suas habilidades e características, que vão desde o ambiente familiar até a educação institucional, desta maneira fica caracterizado como educação formal e não formal. A primeira é constituída por um processo de ensino e aprendizado que ocorre de forma intencionalmente educativa, ocorre nos espaços escolarizados, que vão desde o ensino infantil até a pós graduação, já a educação informal acontece no dia a dia social dos indivíduos, tais como trabalho, família, círculos sociais e afetivos.

Quando falamos de educação é necessário assimilar a suma importância das instituições de ensino, que tem por finalidade o ensino e aprendizagem, tais instituições têm como papel na sociedade de levar o direito da educação a todos, com uma narrativa de um futuro melhor para a sociedade e indivíduos de maneira geral, por este motivo a educação precisa ser disponibilizada com extrema qualidade e dentro dos níveis aceitáveis. Essas mesmas instituições de educação precisam propor condições educativas que englobem todos, que vão desde professores, alunos, famílias e sociedade, se tivermos essa intenção com certeza terá a capacidade necessária para formação de melhores cidadãos. A

educação precisa ter cadeira cativa dentro da sociedade e é fundamental e natural que o futuro professor passe por um processo de capacitação que irá auxiliar e prepará-lo para uma atividade docente mais eficaz, onde todos buscam o mesmo propósito, ou seja, uma sociedade mais justa e humana. Portanto, isso é um objetivo de longo prazo e que exige o máximo de todos, que querem mudar este país para um melhor (GADOTTI, 1996).

A educação no nosso país, começou com a companhia de Jesus (Jesuítas) que chegaram ao Brasil por volta do ano de 1549, o que marcaria uma nova fase que deixaria marcas profundas na civilização e cultura do país, os jesuítas como eram chamados, tinha como principal objetivo a evangelização em massa, mas também tinham como base o ensino e aprendizagem, diante disso foram abertas escolas para jovens rapazes (THOMAZ, 2009).

O crescimento nas atividades missionárias logo tomou forma em grande escala durante o império português. Prontamente os portugueses perceberam que precisavam urgentemente investir não só em educação missionária, mas também era preciso levar educação para os filhos dos colonos que moravam no país, desta forma em 1564 os jesuítas fundaram o primeiro colégio do Brasil, no Estado da Bahia, voltado principalmente para ensino e educação de filhos de portugueses. O período que ficou conhecido como Pombalino teve seu início em 1759 quando aconteceu a expulsão dos jesuítas, as chamadas reformas Pombalinas, passando a ser constituído o ensino laico e público através de aulas no formato, Régias, e os conteúdos abordados se baseiam nas cartas régias a partir do ano de 1772, data da sua implantação no ensino público oficial no Brasil (PALMA FILHO, 2005).

Ainda para o referido autor outros acontecimentos fundamentais ocorreram. Por volta do ano de 1798, acontecia o seminário de Olinda, por iniciativa do bispo Azeredo Coutinho, que se espelhava em ideais e filosofias iluministas, que havia aprendido quando foi aluno da Universidade de Coimbra em Portugal. Uma carta da realeza escrita em 20 de novembro de 1800, pelo Rei João VI de Portugal que estabeleceu as aulas práticas de desenhos e figuras na cidade do Rio de Janeiro, se tornando a primeira instituição brasileira a se dedicar ao ensino das artes, outro decreto datado de 12 de agosto de 1816 criou

a escola real de ciências, arte e ofícios, o que foi fundamental para criação de alicerces da atual escola nacional de belas-artes.

Na época da proclamação da república que aconteceu nos anos de 1889 até 1929 foi adotado um modelo político americano que se baseava no modelo de sistema presidencialista, onde dentro das organizações escolares percebe-se uma certa influência da filosofia positivista e da reforma de Benjamin Constant, que tinha como foco principal a liberdade e a laicidade do ensino, além disso, tinha também a gratuidade da escola primária. Estes pilares seguem as orientações que estavam estipuladas e orientadas na constituição brasileira. Uma das intenções dessa reforma era justamente transformar o ensino em modelador de alunos para os cursos de ensino superior e não simplesmente prepará-los. Outra das intenções era de substituir o domínio literário pelo científico, tais mudanças foram criticadas pelos positivistas, já que não respeitava as bases e os princípios pedagógicos de Hugo Comte. Justamente, pois, esses defendiam as ideias e dominância literária, já que o que aconteceu foi somente o acréscimo de conteúdos de caráter científico e de matérias tradicionais onde tornou o ensino muito mais enciclopédico (PALMA FILHO, 2005).

O código Epiácio Pessoa de 190, inclui a lógica entre as matérias e retira as matérias como biologia, sociologia e a moral, definindo, assim, a parte literária da parte científica, já a reforma Rivadavia Correia, de 1911, aborda segundo Carvalho sobre:

O curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples curso intermediário e promotor a um nível seguinte. Retomando a orientação positivista, prega a liberdade de ensino, estendendo a possibilidade de oferta de ensino a estabelecimentos e escolas que não sejam as oficiais. Além disso, prega a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades (pronto, estava criado o vestibular). Os resultados desta Reforma foram desastrosos para a educação brasileira (CARVALHO, 2011, p. 5)

A reforma de Carlos Maximiliano, em 1915, para o referido autor, mostrou uma reinicialização do ensino no Brasil, foi considerada a reforma educacional mais inteligente realizada no período da primeira república, de maneira liberal, Carlos Maximiliano estava muito mais preocupado em melhorar a qualidade do

ensino secundário, onde a ênfase era no preparatório para o ensino superior. Essa reforma foi responsável também pela fundação da primeira universidade do Brasil, a universidade do Rio de Janeiro, resultante de um agregado da instituição da escola politécnica, da escola livre de direito e da faculdade de medicina. No ano de 1925 aconteceu a reforma João Luiz Alves e Rocha Vaz, que se deu através de um alongamento e uma ampliação das medidas da reforma de 1915, que proporcionou o terreno ideal para implantação de um ensino secundário, que marcou o fim dos exames parcelados a partir do ano de 1930.

No período que chamamos de Estado Novo que se desenrolou de 1937 a 1945 foi criada uma nova constituição federal que espelhava várias tendências de cunho fascistas e tinha uma orientação política educacional virada para o mundo capitalista. Em seu texto sugere que a preparação de uma maior contingente, precisa de mão de obra para as novas atividades impostas pelo mercado, mas manteve também o ensino primário e o ensino de trabalhos manuais, em todas as escolas primárias e secundárias de forma gratuita e obrigatória. Por volta do ano de 1942, por iniciativa do atual ministro da época o senhor Gustavo Capanema aconteceu algumas reformas no ensino, que resultou na criação de leis orgânicas do ensino, estas que por sua vez, são compostas por decretos leis que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o propósito de valorizar o ensino profissionalizante (CHAGAS, 2010).

Conforme o autor supra citado, o período de 1946 até 1963, ficou conhecido como a república nova, que foi adicionada a uma nova constituinte que tinha caráter mais liberal e democrático, essa nova constituição obriga que seja cumprido o ensino primário e da competência para união decidir e legislar sobre as diretrizes e bases educacionais, além do mais a nova constituinte fez retornar o conceito de educação como um direito de todos. Ainda no ano de 1946 o então ministro Raul Leitão da Cunha regulamenta o ensino primário e o normal e ainda cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o que atendeu as mudanças e exigências de uma nova sociedade após a revolução de 1930. Depois de 13 anos de longas disputas e discussões o ministro Clemente Mariane conseguiu criar uma comissão para reforma a educação nacional, em

20 de dezembro de 1961 foi promulgada a lei 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O regime militar aconteceu nas épocas de 1964 até 1985, e abortou todas as chances de revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que eram de caráter comunista e de maneira subversiva.

O Regime Militar espelhou para a educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos e feridos, nos confrontos com a polícia, e alguns foram mortos, os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar, o decreto-lei 477 calou a boca de alunos e professores (PRATA, 2013, p. 3).

Durante está época houve uma grande expansão das universidades no Brasil, foi formado o vestibular classificatório e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o intuito deste último era erradicar a alfabetização do país, porém, as denúncias de corrupção derrubaram o movimento, e em seu lugar nasceu a Fundação Educar. Os reflexos da ditadura militar sobre a educação foram nocivos e profundos que até a data de hoje trava o país nos aspectos relacionados a qualidade e redemocratização ao acesso à educação, tal bem que deveria ser direito fundamental de cada brasileiro. Os gastos estratosféricos do Estado com a educação privada passou a fazer parte do planejamento e orçamento da classe média, o que financiou o aumento do ensino privado, por outro lado, as escolas públicas ficavam basicamente para estudantes de classes mais populares ou inferiores, isso resultou em uma perda de qualidade que sentimos nos dias atuais, um ensino deficiente e falho (PRATA, 2013).

O autor complementa dizendo que esse dano cruzou todo o período pós, a ditadura e se faz presente nos tempos atuais, e infelizmente com uma maior intensidade inclusive, as escolas perderam a capacidade de atrair as crianças e adolescentes da rede mais pobre do nosso país, justamente as que mais precisam de conhecimento para mudarem de vida, para conseguirem entender o porquê das coisas, o porquê vivem naquelas condições precárias e para encontrarem na formação um local de cultura e lazer. Hoje o governo brasileiro se esforça para tentar melhorar a educação pública que em épocas passadas

era muito mais eficiente, além disso, o governo tenta manter os altos padrões que a população esperava das universidades públicas.

Para Lima (2011) a educação no Brasil em toda a sua trajetória histórica traz em sua disposição a influência de diversas concepções de filosofia educacional, que apresenta diferentes tipos de concepções pedagógicas, conservadoras ou progressistas.

Atualmente constata-se uma filosofia pautada no reconhecimento e valorização do multiculturalismo, bem como a necessidade de imersão na cultura da tecnologia da informação, respaldados pela legislação que preconiza o respeito às diferenças, um currículo crítico, a autonomia dos sujeitos, a permanência de programas de educação à distância, democratização da tecnologia educacional, ainda em lento desenvolvimento, fazendo-se necessário maior articulação, do sistema educacional com os sistemas da informação e comunicação. Lima (2011, p. 1).

Ainda para o referido autor nossa educação está inserida em um contexto que se depara com uma série de dificuldades, as quais impedem de desempenhar com eficiência o seu papel, podemos citar como exemplo, as verbas destinadas a educação, criação de políticas educacionais de longo, médio e curto prazo, inserção dos educadores, integração do saber universal ao saber regional, permanência do educando na escola, pois, apesar do aumento do número de matrículas apresentado recentemente pelos órgãos oficiais, os dados mostram que ainda são constatados grandes índices de evasão e repetência que provoca o aumento da distorção idade-série.

Para Santos (2008) vemos uma necessidade, que a sociedade brasileira já conhece e principalmente discute essas problemáticas apresentando formas de organização que sejam capazes de melhorar a qualidade da educação apresentada a população, essa proposta educacional vem alinhada com a formação de educadores e educandos. Competirá ao sistema educacional viabilizar essas práticas educativas e adequá-las as necessidades sociais, políticas, culturais e econômicas da nossa sociedade, sempre considerando os interesses, motivações e necessidades da maioria da população e que garantam as aprendizagens essenciais ao exercício da cidadania.

Diante dos graves problemas da sociedade, como: desemprego, desvalorização profissional, violência e modificações das relações familiares, há uma desestruturação no ambiente escolar. O Serviço Social frente a este contexto poderá identificar os fatores sociais,

culturais e econômicos que atingem o campo educacional no contexto atual. (SANTOS, 2008, p. 1)

Diante desses fatores e com esse cenário problemático é papel do assistente social de fornecer o conhecimento para que as pessoas consigam ter possibilidades e autonomia de participar de forma efetiva das políticas públicas, dessa maneira havendo uma possibilidade de lutar pela igualdade de direitos, neste sentido a educação no Brasil deve ser manejada e tratada como uma política social com fundamento nos direitos dos cidadãos, a escola precisa também assumir um novo papel frente à sociedade, que é de propiciar ações para efetivação dos direitos sociais.

1.1 INDICADORES TEÓRICOS A RESPEITO DE EDUCAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

A política de educação brasileira, enfatiza-se pelo enfrentamento das condições da sociedade capitalista. Consiste em uma forma de tática de intervenção adotada pelo estado, que procura assegurar as condições necessárias para a reprodução, que resulta em lutas de classes trabalhadoras dando direcionamento ao seu processo de formação. Portanto, partindo das lutas de classes pelos seus direitos sociais, é que se estimula a produção de consciência própria. Sobre tudo compreender a política educacional e toda sua trajetória significa também resgatar momentos marcados na história de mudanças institucionais, legislação, crises da sociedade do capital e da força real de trabalho da população brasileira (ALMEIDA, 2003).

Na época que corresponde aos anos de 1930 e 1960, o Brasil passou por diversas manifestações na sua estrutura onde sucederam na criação de um sistema nacional de educação pública. A educação exhibe ideologias que provocam o interesse de grupos diferentes e contrários, como a igreja católica e os setores conservadores que tinham o interesse de manter a classe burguesa com certa hegemonia. Mais precisamente por volta do ano de 1932, foi mantida a tradição histórica, que conduziu a política nacional de educação e o grupo dos setores liberais que adotaram a prática de ideias da escola nova, sugerindo que

crianças e adolescentes pudessem estudar nas escolas públicas dos sete anos aos quinze anos de idade (BITTAR, BITTAR, 2012).

Ainda conforme os referidos autores, apesar do interesse em continuar a supremacia de determinados grupos importantes na sociedade, como a igreja católica, a escola nova foi um marco e tanto na história da política de educação. Segundo o documento intitulado como a “reconstituição educacional no Brasil: ao povo e ao governo” que teve sua circulação em todo território nacional em 1930, a educação nacional não possuía uma finalidade ou método de execução, por esses motivos continha falhas. Assim sendo a educação não deveria atender aos interesses econômicos, alimentando dessa forma as divergências sociais, porém, deveria ser vista como um aspecto de grande relevância para reconstrução da democracia.

Desta maneira perante o período dos anos de 1930 e 1964 aconteceram inúmeras reformas institucionais no país, no entanto, não havendo diminuição significativa no problema do analfabetismo e de quatro anos de escolaridade para as crianças, devido ao Estado Nacional conduzir a política educacional daquela época. Com a ascensão de Getúlio Vargas no poder, em 1930, foi elaborado e criado o ministério da educação e da saúde pública, juntamente com a reforma de 1931, Getúlio pede aos educadores para que oferecessem ao governo uma espécie de sentido pedagógico da revolução. Foi criado então o sistema nacional de educação e o conselho nacional de educação, que tinha como proposta de assessorar o ministério da educação.

A reforma de 1931, determinou que o ensino secundário fosse classificado em duas etapas, que seria o ensino fundamental de cinco anos e o complementar de dois anos, que formaria a escolarização sucessivamente seguinte aos quatro anos do chamado ensino primário, que devido sua natureza seletiva, acabava priorizando os filhos da elite brasileira. Essa ação ficou conhecida como a nova escola, visto que incorporou uma certa imposição posta pelo documento de manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932, que falava sobre a criação de uma universidade que tinha como forma de escolaridade, seleciona os melhores, supostamente aqueles que conseguissem

demonstrar a capacidade para ser um universitário, nascia assim a primeira universidade de São Paulo a (USP). (BITTAR, BITTAR, 2012).

Após se passar alguns conflitos sobre o debate educacional e da elaboração constitucional, eis que surge a nova constituição de 1937, que foi acolhida pelo Brasil no que diz respeito a educação consolidando o que era dever do Estado em ação supletiva. No sistema educacional brasileiro no período da ditadura militar, o governo aderiu a uma proposta de reforma que mais prevaleceu na época, chamada de reforma de Capanema (1942 -1946), que era um conjunto de leis orgânicas do ensino técnico profissional, que contemplava um sistema paralelo oficial como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). No decorrer dois longos oito anos do Estado Novo, foram fundados vários órgãos e entidades na sociedade civil, uma delas foi a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, que confrontou a ditadura e o Estado, sempre lutando nos setores sociais, político e cultural do país. Com o fim da ditadura do governo de Getúlio Vargas no Brasil, os direitos individuais e a liberdade de pensamentos foram garantidos pela constituição republicana de 1946, que confirmou que os direitos à educação seria gratuita e de porte obrigatória para todas as crianças brasileiras no ensino primário. A constituinte de 1946, trouxe também a lei específica para a educação brasileira, que ficou conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que teve sua aprovação apenas em 1961. (BITTAR, BITTAR, 2012).

Segundo Gadotti (2008) para melhor compreendermos a trajetória da história da educação brasileira, alguns historiadores dividem em três períodos, sendo o primeiro período em 1930 período em que prevaleceu a educação tradicional, extremamente voltada no adulto e na soberania do educador, foi marcado também pelo ensino privado e religioso. O segundo por volta dos anos de 1930 até 1964, logo após uma fase de embates entre ensino privado e o ensino público, predominou os valores e ideais liberais na educação, principalmente com o surgimento da Escola Nova, que tinha como base a criança e métodos renovados que era contra os ideais da Escola Tradicional. O último não menos importante aconteceu depois de 1964, que foi marcado por uma longa fase da educação autoritária dos governos militares, em que se era

preponderante o ensino técnico educacional, que só depois do ano de 1985, teve início a uma transição que dura até hoje, o que demonstra um enorme atraso que o país se encontra em matéria de educação para todos.

O autor supra vem mostrando que a educação só será possível quando a sociedade for capaz de estar em pleno desenvolvimento no seu sistema educacional, pois, uma sociedade moderna e democrática, precisa evoluir cada vez mais. O Brasil infelizmente optou por um padrão de ensino totalmente capitalista, que coloca a educação em segundo plano, com isso cada vez mais o governo começa a se torna omissos nas suas responsabilidades de educar, o que percebemos é uma transferência da educação para as mãos de empresas particulares, tornando a educação cara e, porque não um negócio lucrativo.

Para seguirmos conhecendo e entendendo mais sobre as políticas e o cenário educacional e como é de suma importância a presença do assistente social nas escolas, é preciso entender como são realizadas as comunicações, relações e as ações que acontecem dentro dos espaços escolares. A escola não é somente um local de aprendizado e ensinamento, ela é também um espaço para formação e socialização dos indivíduos (FREIRE, 1996).

CAPÍTULO – II SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O serviço social é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei n.º3252/1957, que seguidamente foi revogada pela Lei n.º8.662/1993, visto que o surgimento de suas primeiras escolas no país se deram por volta dos anos de 1930. É reconhecida como tipo de especialização do trabalho coletivo, que tem como finalidade considerar em seu projeto ético político a estruturação da cidadania, com o propósito de contribuir no processo de construção de uma sociedade mais crítica, produtiva, justa e democrática (SOUZA, 2008).

Entretanto, o mencionado autor supracitado, explica que a profissão tem uma grande importância com relação à educação por ter grandes possibilidades de contribuir para a efetivação do direito à educação através de práticas voltadas a proporcionar o acesso e a permanência dos indivíduos na escola, lidando com

as relações interpessoais e grupais, e conservando a qualidade dos serviços no sistema educacional. Considerando as inúmeras possibilidades de interseção do assistente social na política educacional, a abrangência de atuação desse profissional no campo da educação ainda enfrenta alguns desafios e limitações para conseguir exercer sua autonomia profissional com notoriedade crítica, propositiva, em um ponto de vista da totalidade.

O leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas do campo do saber. O campo da política da educação, por exemplo, representa uma atuação mais ampla do serviço social – Secretaria de Educação, Conselho de Educação, Escola nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnósticos sociais, pareceres e outras ações. (SOUZA, 2008, p.95)

É interessante pontuar o destaque do autor, quando ele se refere que assistente social precisa ter um leque de atuação extenso, contudo, a área de educação é a mais atrativa para esse profissional, uma vez que ele se torna muito mais visível por estar capacitado em setores que atende melhor essa demanda, como nos casos de concelhos escolares e secretarias. Ainda podemos afirmar que as políticas implementadas até o momento ainda não consideras o suficiente para assegurar a atuação direta desse profissional dentro dos âmbitos escolares, o que é uma perda significativa de suas habilidades, competências e atribuições dentro daquela organização. Nos últimos anos vem sendo transitado dentro do senado um projeto de lei, que visa a inclusão do assistente social nas políticas educacionais, bem-parecido com o projeto 3688/2000, no qual versa a inclusão do assistente social e do psicólogo nas redes de escolas públicas. Vale destacar que o conjunto CFESS/CRESS tem dado atenção redobrada e diferenciada ao desmonte da política educacional e a ineficiência do ensino, porém, é de extrema importância que se tenha um engajamento forte e ampla mobilização da classe para aprovação desses projetos e que se seja incluído nessa política o assistente social.

A dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser consolidada, não apenas em termos de valorização de sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em cursos, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas.” (ALMEIDA, 2005, p.25).

A inclusão do serviço social no cenário educacional é sem sombra de dúvidas um desafio, pois, se configura como um novo campo a ser conhecido, explorado e efetivado. A atuação profissional não pode apenas estar focada apenas na valorização das unidades educacionais, ela precisa estar fluida na construção do desenvolvimento do processo social, conclui-se, portanto, que ela esteja envolvida em um ciclo de conhecimento que é algo necessário para que haja a evolução da cultura, possibilitando dessa maneira os indivíduos a tomarem decisões rumo a uma nova direção política e cultural, que significa manifestar-se através de diferentes formas de alienação e submissões (ALMEIDA, 2005).

Na visão do autor, o papel do assistente social deve ser pautado entre o vínculo da profissão com as classes sociais, devido colocar dentro de um processo prático, os indivíduos relacionados no processo, através do trabalho profissional que atua na maneira de agir e pensar. Percebemos que a missão educativa está inserida no projeto ético político da profissão e tem teor de contribuir de forma positiva nas ações pedagógicas entre o usuário do serviço e o assistente social, o que irá favorecer uma maior participação dos sujeitos envolvidos.

É através do código de ética profissional que se posiciona o compromisso ético político para o pleno exercício da profissão do assistente social, que tem por finalidade a atuação de caráter sociopolítico, interventivo e crítico, que utiliza de instrumentos científicos e multidisciplinares das áreas de ciências sociais e humanas, áreas essas que estão presentes dentro de diversos campos de atuação, como previdência, educação, saúde, assistência social, lazer, habitação e justiça. Com a função de planejar, gerenciar, executar, assessorar políticas e administrar programas e serviços sociais. Os valores éticos de cunho principal são os de comprometimentos que visão ampliar a liberdade e direitos dos indivíduos da sociedade (IAMAMOTO, 2015).

A autora defende que o compromisso real é com os indivíduos de tal maneira que possa proporcionar autonomia e expandindo seus valores na forma de transformá-los em agentes ativos na sociedade capaz de adquirirem seus direitos tendo o livre arbítrio para exercê-los. O compromisso com o cidadão

exige a defesa dos direitos sociais, preservando e ampliando a conquista da coletividade, uma vez já legalizada quanto sua realidade ativa. É nesse entendimento que o assistente social tem sido uma espécie de mediador dos direitos, buscando sempre construir uma cultura democrática pública realçando e colocando a sociedade como agente questionador.

Para Faleiros (2015) essa profissão não tem caráter liberal, uma vez que sua condição de trabalho é de assalariado de acordo com o desenvolvimento capitalista, a profissão passa uma visão aos olhos dos demais de cunho caridoso e misericordioso, porém a realidade é outra, na verdade, o profissional vende sua força de trabalho e acaba sendo explorado e forçado a se enquadrar em tais condições de trabalho. É por essas e outras divergências que a profissão também se encontra em inúmeras lutas pelos seus direitos batendo de frente com tramitações burocráticas e adiantamentos de suas requisições, esses motivos são utilizados como estratégia de comunicação com a sociedade para tentar amenizar a longa espera da solução de suas problemáticas, a população com a orientação desses profissionais conseguem obter efeitos ideológicos, econômicos e políticos para um fortalecimento do poder popular.

A atuação profissional teórica e política se manifesta na luta ideológica para levar o Serviço Social a desculpabilizar à população das situações-problema que em seu imaginário apresentam as questões do cotidiano como resultantes de falhas individuais ou falta de sorte (FALEIROS, 2015, p. 75)

Os assistentes sociais apesar de sua predominância social e salários em diversos casos incompatíveis ou baixos, configuram-se como uma categoria de muita coragem com muita resiliência e resistência nos seus sonhos e lutas passando por obstáculos, enfrentando limites na construção de uma história que alinha o futuro e o presente. O serviço social vem sendo uma profissão regulamentada e considerada liberal, contudo, ainda passa por alguns fatores que limitam e impossibilitam a execução do seu pleno trabalho, um desses fatores é a falta de recursos financeiros, humanos e técnicos (IAMAMOTO, 2015).

A busca pelo enfrentamento desses limites está no fortalecimento de uma gestão mais democrática dentro da escola, sempre tentando defender seu campo de trabalho, suas qualificações profissionais, atribuições, rotinas

institucionais e outros elementos pertinentes a profissão, cabe também ao assistente social buscar compreender as tendências e possibilidades da sua realidade e de sua profissão. Portanto, a inserção do assistente social na educação não é apenas um caminho para se chegar no mercado de trabalho, ela é também o reconhecimento da importância da atribuição que esta profissão tem (ALMEIDA, 2000).

Analisar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mais como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação a estratégias de luta pela conquista da cidadania, através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais (ALMEIDA, 2000, p.2)

De acordo com os apontamentos de Santos (2009), a relação entre educação e serviço social, se dar através dos inúmeros aportes que o assistente social traz para a educação, um deles é a aproximação da família no âmbito escolar, o que torna um maior contato entre as partes. Esse profissional consegue entender melhor os fatores culturais, econômicos e sociais, que rodeiam as relações e são vista como fatores problemáticos, podendo desta maneira se planejar e executar métodos bem mais preventivos, fazendo com que determinadas situações não aconteçam ou não se repitam.

O pleno exercício profissional do assistente social, na escola pública, reconhece que o indivíduo nas suas mais diversas transformações sociais, principalmente no decorrer dos últimos anos, acaba que proporcionando o seu próprio saber, como fator impulsionador das ideias políticas junto aos segmentos populacionais, ajudando os sujeitos a reconhecerem seus direitos e deveres, caminhando, assim juntos a uma cidadania mais justa (ALMEIDA, 2000).

Piana (2009) aborda que o assistente social consegue ter uma visão crítica sobre a realidade e a complexidade dos indivíduos, por este motivo, esse profissional com toda sua bagagem teórica e metodológica, desenvolve estratégias mais centradas de acordo com o seu conhecimento e o seu projeto político profissional. As atitudes do assistente social é formada e fortalecida no dia a dia, diante das dificuldades que são apresentadas pela sociedade.

Mediações são categorias instrumentais através das quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se através do conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias com as

quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. (MARTINELLI, 1993, p. 136)

É justamente no cotidiano, e na prática, que o assistente social vai fortalecer e fundamentar suas estratégias e suas intervenções, o que traz um grande enriquecimento para a profissão. Tomando como base o contato diverso com o usuário e diferentes demandas o que torna uma melhor atuação, abrangendo todas as áreas referentes a prática desse profissional garantindo uma resposta mais qualificada e reflexiva sobre as propostas que foram apresentadas no decorrer do dia. O profissional social adentro do espaço educacional, contribui para a efetivação da democratização da educação e pela luta da ampliação do acesso de toda a população a escola pública, dando acesso e poder decisório dentro do espaço escolar e preservando e uma relação entre escola, comunidade, família e sociedade (ALMEIDA, 2012).

A partir do entendimento de Almeida (2012, p.93)

Partimos, portanto, de um princípio muito caro aos assistentes sociais, muito embora não lhes seja exclusivo, que é o da luta em defesa a ampliação dos direitos sociais e humanos. Este tem sido norte da mobilização e organização dos assistentes sociais nas últimas décadas e que se materializa em um projeto profissional construído coletivamente, sintonizado e articulado aos movimentos, empreendidos por várias forças sociais, voltados para a construção de formas de solidariedade e participação política e denunciem e enfrentem as desigualdades sociais.

A ação profissional do assistente social junto coma equipe escolar é fundamental no que se diz a respeito à melhorar as condições da educação pública o que trará um enorme benefícios para as crianças e adolescentes que estão frequentando a escola (CFESS, 2002).

De acordo com Martins (1999), a escola é definitivamente o local mais adequado para estimular o desenvolvimento e o crescimento principalmente quando alinhado com a família, sendo ambos responsáveis pelo bom desempenho da aprendizagem da criança e do adolescente, usando como exemplos o conselho de classe, o acesso e ampliação da informação. Contudo, é na escola é uma instituição preparada para desenvolver os valores sociais dos indivíduos, sejam eles alunos ou familiares, sendo capaz de conduzi-los a viver em sociedade. Fica muito claro que é relevante o trabalho com grupos de famílias no âmbito escolar, como forma de contribuir para o fortalecimento e para

a aprendizagem dos sujeitos, para que consigam conviver em sociedade, tanto as crianças e adolescentes, como também seus pais ou responsáveis.

É nesse contexto que o autor pontua que o profissional de serviço social se encaixa, fazendo com que a família esteja envolvida, no objetivo de adquirir ainda mais conhecimento acerca de seus direitos e deveres. Dessa forma, fica explícito a contribuição do assistente social na educação, cujo qual o seu objetivo principal é de garantir os direitos pertinentes àquele público, atendendo os alunos e mantendo contato com a família e a sociedade como um todo, incrementando, elaborando, planejando projetos, informando, orientando e encaminhando quando for preciso.

O processo educativo supõe e exige diálogo e participação ativa de todos os envolvidos ou constituir-se-á, em múltiplos níveis, instrumento eficaz de discriminação e de esforço de distinções. Educação não é preenchimento de vazios, mesmo quando está em tela a educação formal a ser desenvolvida na escola. [...]. É incoerente pensar educação enquanto processo ativo e participativo emudecendo e imobilizando interlocutores ou a reduzindo a um processo escolar que se faz pela negação dos processos educativos mais amplos de uma sociedade (MADEIRA, 1998, p.76-77)

Através da educação escolar é possível que os estudantes consigam adquirir capacidades de absorver os conhecimentos eficazes, acerca dos entendimentos da realidade que os rodeia, inserindo-os em meio de relações sócias, culturais e políticas, para que desde então estejam familiarizados, para que assim consigam exercer a sua cidadania. Mais uma vez podemos notar a extrema necessidade do profissional do serviço social nessa área como forma de contribuir descomplicando as questões sociais e simplificando para os alunos, como é viver em sociedade (MARTINS, 2012).

Ainda para o referido autor:

A política de educação, especialmente a educação básica, é reconhecidamente um espaço que encerra uma amplitude de possibilidades de intervenção dos assistente social, no sentido de efetivar juntamente com os outros sujeitos que atuam nessas instituições um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais (MARTINS, 2012, p.260)

O assistente social na política de educação deverá trabalhar com todos os membros da unidade escolar, onde terá a chance de estimular um processo meditativo envolvendo a percepção objetiva da vida social de cada indivíduo,

suas condições sociais e históricas vivenciadas na sociedade, o profissional consegue assumir um caráter emancipatório e fortalecedor pela luta constantes das classes subordinadas (BRAGA, 2012).

A política de educação se caracteriza como um campo revolucionário e de extrema importância para atuação do assistente social, já dizia Braga (2012) a inserção destes profissionais no âmbito das políticas de educação assim como a de outros profissionais poderá fortalecer a democratização desse espaço. A efetivação desse profissional na educação contribuirá para a ampliação e garantia dos direitos da população. O interesse coletivo dos assistentes sociais em articular com outros membros coletivos que combatem a barbaridade do capitalismo, podem contribuir para a formação de uma política emancipatória, é indispensável para a materialização de uma outra sociedade fundada com bases, como liberdade, justiça social, autonomia, equidade e no pleno crescimento dos sujeitos sociais.

A prática do profissional é seguida de uma série de reflexões a respeito do contexto social e histórico. Nesse caso, a análise e interpretação do cotidiano servirá de base para a atuação profissional no âmbito escolar, sempre procurando agir dentro das produções e reproduções sócias, onde os alunos estão inseridos, cada um conhecendo sua realidade. Dessa maneira este profissional tem como trabalhar como uma espécie de mediador entre a relação família e escola. Essa participação da família e dos alunos na gestão escolar, configura-se como uma atribuição do assistente social, justamente pelo fato de concretizar um projeto sócio pedagógico que se mostra muito semelhante com a realidade dos sujeitos que são os usuários desses serviços públicos, tendo a democracia como seu principal aliado de defesa. A democratização da educação não é apenas garantir acesso e a permanência dos estudantes na escola, mais sim aumentar o processo de construção da gestão democrática dentro dos espaços institucionais públicos, inserindo todos os representantes da comunidade escolar nessa jornada, tendo como atores principais os alunos e as famílias (MARTINS, 1999).

De acordo com os autores Mello e Braga (2000), dentro do trabalho interdisciplinar, o assistente social juntamente com os demais profissionais,

busca diariamente inovar e aprimorar sua prática, transformando dessa maneira o ambiente no qual está envolvido. Ele se redesenha de acordo com os desafios e possibilidades que são apresentados e de acordo com as informações que são recebidas no cotidiano do seu exercício profissional. Logo percebe-se que o profissional não fica parado a uma única forma de atuação, ele busca molda-se dentro do trabalho interdisciplinar de maneira a executar da melhor maneira possível as ações necessárias para assegurar os avanços no exercício profissional, sempre contribuindo com os demais profissionais que ali também estão inseridos no meio.

2.1 INTRODUÇÃO DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NO ÂMBITO ESCOLAR

As equipes multiprofissionais são caracterizadas por dividirem conhecimentos e técnicas em uma mesma equipe, que é composta por diferentes profissionais que fazem uma intervenção nas relações sociais e institucionais. A composição e a gestão colegial formulam o conjunto de regras, dando condições para que o funcionamento da qualidade dentro do âmbito escolar ocorra de forma que se obtenha uma boa educação, tanto nos recursos humanos, matérias financeiras e intelectuais, cabe a coordenação acompanhar o trabalho dos colaboradores (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2005).

Os autores supra citados acima, evidenciam que dentro da gestão escolar estão as ações e as estratégias necessárias para a articulação e direcionamento das atividades de todos os colaboradores que trabalham na instituição. Concerne em uma administração participativa onde o aprendizado, não seja somente dentro da sala de aula, mais que ele seja também compartilhado aos demais docentes, sendo assim de extrema importância que essa equipe multiprofissional, use seus conhecimentos e técnicas, para contornar as dificuldades usando metodologias e sempre procurando aprimorar e fortalecer o elo entre os profissionais.

Bento (2007) afirma que dentro da esfera pedagógica, não aparece em sua estrutura a equipe multidisciplinar, onde está seria de grande relevância para o controle e gerenciamento das demandas e ofertas apresentadas nas escolas. Auxiliaria como uma ajuda além das salas de aula, uma vez que as dificuldades em sala, já são solucionadas pelos professores. Mas sim em questões do cotidiano, tanto nos problemas psicológicos, quanto nos sociais, onde é necessário uma maior intervenção de outros profissionais para atuarem nessas problemáticas, pois, o professor não tem a capacitação essencial para lidar com essas questões.

A gestão de uma equipe multidisciplinar é feita por profissionais capacitados, ou seja, com perfis acadêmicos diferentes e que trabalham em equipes com o mesmo propósito. O trabalho multiprofissional é feito com total responsabilidade, respeitando assim os outros profissionais, já que todos empenham tarefas pensando na equipe, de forma que ela se desenvolva e cresça, sempre objetivando a melhoria e qualidade dos serviços prestados (BENTO, 2007).

Fica bastante claro, que para desenvolver um bom trabalho em equipe, é muito importante que cada profissional respeite o espaço de cada um, gerando desta maneira um fortalecimento e união entre as formações distintas. O respeito entre os profissionais são de suma importância, pois, o trabalho individual e coletivo de cada profissional contém especificidades diferentes. Dentro de vários aspectos quanto ao exercício e empenho da profissão, existe uma lei que regulamenta as ações dos profissionais junto as equipes multidisciplinar das escolas públicas, no intuito de promover uma maior qualidade para o ensino e aprendizado dos alunos. O projeto de lei n.º 3688/2000, no art. 1.º e nos incisos 1.º e 2.º, determina que o trabalho do assistente social deverá atender as redes públicas de educação básica através de equipes multiprofissionais, que atuarão de maneira a impulsionar a qualidade do ensino e colocar a comunidade escolar em uma espécie de participação contínua, intervindo nas relações de cunho social e respeitando o projeto político pedagógico. (BRASIL, 2000).

Além do mais o referido autor pontua, que as equipes multiprofissionais que atuam no campo educacional, devem trabalhar juntamente com os

educadores, permitindo assim que todos os profissionais, façam parte da mesma tarefa educacional, gerando assim uma troca de conhecimento na procura de solucionar objetivos planejados. É evidente que as conquistas acerca das orientações profissionais beneficia e influencia no ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de adolescentes e crianças. A escola é vista como um dos principais espaços de cunho social, pois, é nela que os estudantes demonstram sua realidade social. Dessa forma surge a necessidade da inserção do assistente social e da equipe multidisciplinar para atuar em conjunto com outros profissionais especializados, em uma mistura de conhecimentos metodológicos e técnicos, para operar em diversas situações, seja com trabalho infantil, juvenil, fome, evasão escolar, desemprego dos pais, drogas, exclusão social, violência doméstica entre outras.

Ainda dentro desse contexto Amaro (2017) fala, que o papel do assistente social ao ser incluído na escola junto as equipes profissionais, precisa usar todo seu conhecimento técnico operativo para conseguir analisar as demandas da escola em todos os seus aspectos e fatores, sempre procurando manter o diálogo com a equipe, alunos e se precisar com os familiares, procurando compreender os motivos que levaram aos alunos a se evadirem das escolas, para que isso seja feito de maneira efetiva é necessário que o assistente social estude o contexto social de cada estudante, para conseguir intervir de maneira correta em determinadas situações.

A autora vem mostrando que o assistente social é um profissional preparado e adequado para lidar com as dificuldades dos alunos, seja ela de cunho escolar ou familiar. O mesmo profissional desenvolve seu trabalho por meio de uma ferramenta chamada estudo social, essa ferramenta analisa sua forma de agir e intervir perante cada caso, aconselhando os professores e gestores de como se deve agir diante das problemáticas apresentadas pelos alunos e às vezes pelos familiares.

Perante o que foi exposto, a escola possui um dos espaços que possibilita a intervenção do assistente social, que é um profissional completamente habilitado para atuar no enfrentamento de problemas sociais, pois, sempre procura orientar de forma coesa as famílias, fortalecendo os vínculos, entre pais,

filhos, alunos, gestores e professores. Ajudando no desenvolvimento e aprimorando as potencialidades, de cada aluno, no propósito de alcançarem a emancipação social (FALEIROS, 2010).

Conforme o nosso nobre autor, o profissional formado em serviço social estará atuando diretamente com as problemáticas educacionais, onde vale ressaltar que este profissional não substituirá, de forma alguma qualquer outro profissional que faça parte da equipe educacional da escola. Para este profissional o desafio é enorme, pois, trabalha com intervenção de forma qualificada. O trabalho do assistente social dentro da equipe multidisciplinar da escola e de dar suporte para toda a equipe técnica pedagógica, sempre buscando auxiliar na resolução de questões de caráter social que em diversas vezes a própria escola não sabe como lidar.

É de extrema importância que o assistente social dentro da equipe multiprofissional da escola, esteja integrado no âmbito da educação pública com o propósito de favorecer e contribuir de maneira significativa para melhorar as condições de acesso aos direitos constitucionais, trabalhando principalmente com os alunos, professores, gestores e coordenadores, incluindo-os neste processo de suma importância educacional.

2.2 A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO

O campo da educação é um espaço sócio ocupacional em que o serviço social atua e sua inserção neste ambiente não é nada recente, tendo em vista que é um campo no qual o serviço social relaciona-se desde a sua profissionalização e sua trajetória nessa área foi simplesmente baseada na necessidade de qualificação da força de trabalho e devido aos processos de expansão do acesso á educação escolarizada em conjunto com as estratégias de enfrentamento a pobreza. Existem vários relatos históricos no Brasil de que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul por volta dos anos de 1946 foram os primeiros a discutirem sobre o trabalho do serviço social no campo da educação escolar, foi também no Rio Grande do Sul que o serviço social foi

inserido como um serviço de assistência social na antiga secretaria de educação e cultura (PIANA, 2009).

O autor ainda relata que os assistentes sociais tinham como atividade a identificação de problemas sociais que apareciam e repercutiam no desempenho e aproveitamento do estudante, sua adaptação ao meio e ao equilíbrio social da comunidade escolar, sempre buscando intervir em situações escolares, especialmente em desvios, defeito ou anormalidade social.

O trabalho do assistente social na política educacional se dá a partir de três esferas governamentais, a esfera federal, estadual e municipal, dentro das instituições filantrópicas e instituições privadas conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tal lei aborda que a regularização do sistema de educação brasileiro seja com base nos princípios presentes na constituição.

Pensar essa inserção dos assistentes sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis e modalidades de educação e ensino: a educação que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. A organização e a execução desses diferentes níveis de educação e ensino cabem ao Estado em seus três níveis de atuação: a união, os Estados e os municípios, sendo que cada um deles tem responsabilidades e incumbências diferenciadas. Destarte, é fundamental que não se perca a dimensão de totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e do trabalho, ou seja, no âmbito da dinâmica que particulariza as esferas da produção e da reprodução social. (ALMEIDA, 2000, p.18)

O profissional de serviço social inserido dentro das instituições do campo educacional vem para dar respostas e amenizar tensões sociais, auxiliando junto aos alunos com ações sócias educativas e palestras informando sobre os direitos sociais, assim como também está a frente de projetos sociais. O ano de 1990 ficou marcado pela redefinição do papel do Estado frente ao trato com a sociedade e esse cenário que se demonstrou serviu para que o serviço social trilhasse, novos caminhos, o que ficou marcado como um aumento significativo de assistentes sociais atuando na educação. Foi nessa conjuntura que o assistente social conseguiu resgatar a área de educação como um significativo espaço de atuação perante os enfrentamentos nas manifestações das questões sociais na complexidade do cotidiano educacional, exigindo dessa forma novas

funções da profissão, assim como novos requisitos e habilidades diante de novas condições e relações de trabalho, que estejam ligados à sua autonomia profissional. Essa nova trajetória se apresenta mediante as dificuldades dessa conjuntura recente, mais diretamente as novas mediações e expressões da qualidade social, assim como também nas formas até então presentes e virgentes, de seu enfrentamento, seja por parte da sociedade civil organizada ou do estado. (IAMAMOTO, 2013).

Diante desse crescimento da complexidade da questão social, existe grande possibilidade de ocasionar transformações na divisão social e técnica do trabalho, adentrando de forma peculiar, e mediante a esse quadro o serviço social enfrentará novos desafios e possibilidades no dia a dia do seu exercício profissional no seu ambiente de trabalho. No campo da educação com vista no aumento da evasão escolar, houve a necessidade de se contar com profissionais especializados como é o caso dos assistentes sociais, que contam com competências teóricas, metodológicas, instrumentais e políticas para conseguirem fazer uma leitura da realidade em busca de tentar compreender todos os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que provocam essa demanda. Contudo, o que foi apresentado são demandas existentes na instituição que abrangem as problemáticas voltadas para o tráfico e uso de drogas, violência, trabalho infantil, entre outros (CFESS, 2011).

Todavia, observa-se que essa demanda na educação escolar tem a ver com o aumento da pobreza dos indivíduos que ingressam no direito à escola pública, dessa maneira o CFESS (2001), fala que já era indicado pela categoria profissional de serviço social a existência dessas problemáticas no espaço estudantil como, evasão e baixo rendimento escolar, problemas associados com disciplinas, desinteresse pelo aprendizado, desobediência, insubordinação as regras e condutas escolares, atitudes e comportamentos agressivos, violentos e vulnerabilidade às drogas.

Diante disso, o serviço social no âmbito escolar chega para reforçar a equipe interdisciplinar, contribuindo com a sua formação técnica metodológica no enfrentamento as demandas que surgem no campo escolar, proveniente das diversas expressões da questão social. O seu trabalho será voltado para pautas

relacionadas a ampliação e garantia dos direitos sociais e na edificação de projetos na política educacional, proporcionando o direito à educação, ao acesso e ao permanência do aluno na escola. Os programas e projetos por terem sua participação e atuação na realidade social exige cada vez mais da presença desse profissional tão importante para a sociedade.

CAPÍTULO - III O ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A atuação do profissional da assistência social na área da educação teve seu começo na década de 1930, contudo, somente na década de 1990 obteve maior visibilidade, período em que o projeto ético político da profissão teve um grande desenvolvimento, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, que no ano de 2001, foram criadas as Comissões Temáticas de Educação nos CRESS que estabeleceram novas abordagens, debates e discussões a respeito desta temática, foi neste mesmo ano que o CFESS propôs a criação de um grupo de estudos sobre o serviço social voltado para educação, que teve por objetivo de criar um documento que depois recebeu o nome de serviço social na educação, tal grupo teve como finalidade contribuir com as discussões que se estruturavam dentro do cenário nacional do país, neste documento se abordou sobre a função social da escola, a educação foi tratada como direito social e a contribuição do serviço social teria para a garantia do direito a educação, a escola como instancia de atuação do assistente social. Nesse mesmo documento foi incorporado também o parecer jurídico de n.º 23/2000 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, que falava sobre a implantação do serviço social nas escolas de ensino médio e fundamental, tal documenta aponta que o direito a educação bem como seu uso e permanência, indica que a inserção do serviço social no ambiente escolar é pertinente tendo em vista as contribuições e atribuições necessárias a atividade deste profissional neste contexto (CFESS, 2011).

Ainda conforme o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, o nosso modelo de sociedade e o nosso modo de produção baseado no sistema capitalista, gera uma relação entre capital e trabalho, o que produz espaço para

a atuação dos assistentes sociais, conseguimos ver que estes profissionais conseguem ter condições de analisar a realidade de forma analítica e crítica, sua totalidade, dessa maneira são capazes de compreender suas particularidades e suas dimensões sejam elas de cunho político, cultural, econômico, social, dentre outras. O assistente social assume o compromisso de lutar pela construção de uma sociedade mais igualitária e justa para todos, devendo assegurar o acesso aos bens e serviços relativos aos programas de políticas sociais. A vista disso o trabalho do assistente social no ambiente escolar tem grandes possibilidades de contribuir de forma significativa para a realização de diagnósticos sociais, demonstrando possíveis alternativas a grande problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que irradiaria na melhoria das condições de enfrentamento da vida escolar dos estudantes.

O serviço social vive uma verdadeira era de expansão profissional, principalmente através da criação de novos espaços sócios ocupacionais e a sua reinserção no cenário da política educacional, o que tem se demonstrado como um grande desafio a profissão, pois, os assistentes sociais precisam engajar dentro das instituições escolares, elaborar e programar projetos que contemplem os aspectos sociais e educacionais que são vividos pelos destinatários finais dessa política social, os assistentes sociais precisam ser capazes de adentrarem profundamente na dinâmica do conhecimento pedagógico e das suas legislações que marcam a construção de políticas educacionais vigentes.

3.1 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR

O profissional do serviço social se destaca dos outros profissionais inseridos nos diferentes espaços organizacionais devido sua capacidade teórica, metodológica, ética e política que foi adquirida ao longo da sua formação acadêmica. Dentro desse contexto pode-se observar a competência do assistente social no espaço escolar, e para esclarecer seu papel e sua importância mediante esta política, o CFESS (2011) afirma:

O ponto de partida para a análise do serviço social é o de que a profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quando resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e direcionam seus rumos (CFESS, 2011, p.39).

Ou seja, o profissional é construído a partir dos norteamentos sociais em que vive, atuando e se posicionando em sua área de formação, junto aos usuários, tendo como base os aparatos apreendidos durante a formação, ao mesmo tempo, em que engradece sua percepção de ambiente e mundo ao seu redor, estando totalmente preparado para confrontar a realidade presente nos casos analisados de acordo com as particularidades de cada sujeito envolvido, sempre considerando assim a totalidade da situação.

O serviço social desempenha um forte papel junto a instituição na qual está inserida, pois, sua atuação reflete diretamente nos indivíduos a ele demandados, podendo este profissional ser um agente modificador do cenário no qual está inserido.

Este deve ser revestido de princípios e valores humanista e guiar sua atenção profissional, tendo em vista:

O reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (CFESS, 2011, p.42).

Ainda conforme o conselho federal de serviço social, é através da efetivação dessas qualidades e princípios que os assistentes sociais devem pautar sua atuação, ao tempo em que procuram esclarecer e informar de maneira consciente seus usuários acerca de seus direitos e possibilidades no que se trata das lutas por melhores condições de vida e trabalho. Assim podemos afirmar que a presença do profissional do serviço social contribui de forma significativa para a melhoria da oferta da política educacional.

A contribuição do serviço social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta seja por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente um ação mais efetiva (CFESS, 2001, p. 12).

Para Barroco e Terra (2012), o assistente social ao assumir o compromisso posto no código de ética da profissão, procura basear sua atuação profissional numa conjuntura de direitos e ganhos dentro da condição socioeconômica de seus usuários, dessa forma manifestando a defesa dos interesses da classe trabalhadora, ao mesmo tempo, age como um elemento que promove um diálogo entre as classes.

O projeto profissional, assim, está fundado nas contradições próprias e inerentes da sociedade capitalista. No entanto, quando nos referimos à perspectiva emancipatória, estamos reconhecendo que os homens/mulheres serão autodeterminados e efetivamente livres (BARROCO; TERRA, 2012, p. 124).

O ambiente escolar é essencialmente propício para a conversa, conhecimento e informação para todos os indivíduos que ali transitam, acerca da necessidade e da importância que o trabalhador possui no contexto social econômico. Dentro dessa temática e que são pautadas as intervenções advindas do serviço social dentro da escola, visto que apesar de formar um espaço próprio ao desenvolvimento de valores e saberes, a escola é um aparelho reprodutor da ideologia burguesa, dessa forma transmite enraizado na sua cultura os valores e ideologias da classe à qual está inserida e subordinada. Por isso sempre foi utilizada como reprodutora de conceitos e meio de divulgação ideológica, a escola por si só não consegue ofertar aos seus alunos uma visão social voltada na humanização ou na transformação social.

Transmite e consolida, algumas vezes de forma explícita e em outras implicitamente, uma ideologia cujos valores são o individualismo, a competitividade e a falta de solidariedade, a igualdade formal de oportunidade e a desigualdade 'natural' de resultados em função de capacidades e esforços individuais (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2007, p.13).

Este entendimento ressalta a ausência de valores sociais e humanos baseados na coletividade, claramente percebidos em uma sociedade capitalista em que nós estamos situados, pois a verdadeira função da educação deve atingir os princípios da liberdade humana e a transformação social, porém são substituídas pelos conceitos de crescimento e engrandecimento pessoal, com vistas voltadas para a formação profissional e ao ganho de produtividade, essenciais para assegurar o desenvolvimento da sociedade capitalista.

A sociedade dividida em classe, logo socialmente injusta, essa sociedade apresenta problemas e complicações para todos aqueles que não possuem condições econômicas necessárias para manter altos padrões de consumo e estilo de vida. Portanto, a escola torna-se um universo de oportunidades diversas. Nesse ambiente várias situações e problemas são descobertas, muitas destas não estão relacionadas exclusivamente com o ensino e aprendizagem, tal fator dificulta e muito a ação do educador ou até mesmo dos demais profissionais que ali se encontram.

O professor torna-se um profissional atarefado de tarefas, que diversas vezes não o competem, o que prejudica o seu exercício profissional, o que causa desmotivação no cumprimento de seus deveres e obrigações para com o aluno. É justamente identificando essa problemática no âmbito educacional que se faz de extrema importância a presença do assistente social neste cenário.

Martins (1999) afirma que a inserção do serviço social na escola traz consigo para este ambiente uma grande possibilidade de avanço social significativo, mediante isso o CFESS,

Os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da educação são: baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos, entre outros (CFESS, 2001, p. 12).

Caberá ao assistente social criar condições dentro dos espaços escolares para oferecer a sociedades, possibilidades sociais e inclusão, buscando a atuação como uma ferramenta de implantação de políticas e programas que aumentem as condições socioeconômicas dos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar.

os objetivos da prática profissional do serviço social no setor educacional são: contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p.60).

Os objetivos do exercício profissional do assistente social na escola são diferentes das metas traçadas pela equipe multidisciplinar pedagógica ali presentes, tendo em visto que é missão do professor, transmitir conhecimentos e saberes, sendo um facilitador no processo de ensino, já ao assistente social ficará as questões relacionadas aos aspectos socioeconômicos do sujeito, seja ele aluno, pai, funcionário ou comunidade.

É importante ressaltar que o profissional de serviço social, inserido na escola, não desenvolve ações que substituem aquelas desempenhadas por profissionais tradicionais da área da educação. Sua contribuição se concretiza no sentido de subsidiar, auxiliar a escola, e seus demais profissionais, no enfrentamento de questões que integram a pauta da formação e do fazer profissional do assistente social, sobre as quais, muitas vezes a escola não sabe como intervir (SANTOS, 2008, s/p.).

O profissional do serviço social trabalha como parceiro no campo educacional, auxiliando e ajudando os demais profissionais a resolver os possíveis problemas que a escola de maneira isolada não consegue resolver ou solucionar. O assistente social não trabalha isoladamente no cenário escolar, assim como nas demais políticas este consegue utilizar uma rede de serviços e programas que facilitam a sua atuação profissional. Entidades como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cuja política é voltada a esfera da assistência, assim como a política de saúde, são elementos essenciais para que o trabalho desenvolvido pelo assistente social dentro da escola consiga ultrapassar os muros e paradigmas da instituição e adentre nas casas e famílias dos indivíduos, possibilitando a real modificação da sua vida e cotidiano.

Desenvolver as seguintes atividades: Pesquisa de natureza socioeconômica, elaboração e execução de programas, participação em equipe multidisciplinar, articulação com instituições públicas, realização de visitas sociais, empreender e executar as demais

atividades pertinentes ao serviço social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/93 (CFESS, 2001, p.13).

A ação correspondente ao serviço social não se restringe apenas aos alunos, visto que os problemas em seu cotidiano escolar estão relacionados com os aspectos econômicos e sociais nos quais ele está inserido. Sendo assim, o profissional precisa ter uma visão mais amplificada sobre o problema em questão, podendo dessa maneira avaliar e analisar de forma mais crítica e totalitária quais os fatores que mais afetam o problema, para dessa forma, melhor planejar e determinar os objetivos de sua intervenção profissional.

Mediante a constatação da necessidade da atuação do profissional da assistência social na escola, a categoria tem lutado de forma constante para conseguir inserir o profissional nas instituições de ensino, com base no Projeto de Lei nº 3688-C/2000, que foi aprovado na câmara dos deputados em 07/08//2007, que trata sobre a prestação de serviço de psicologia e de serviço social nas redes públicas da educação básica (BRASIL, 2009).

O conjunto CFESS/CRESS tem desenvolvido e promovido informativos atualizados nos sites dos referidos órgãos de tal maneira com o objetivo de fortalecer a luta por esta anexação, informando aos interessados como está o andamento do projeto de lei nº 3688-C/2000, e encorajando a categoria a debater a temática. O intuito é que através de inúmeras mobilizações e pressão da categoria, as entidades governamentais coloquem a discussão mais uma vez em pauta e que esta seja aprovada de forma definitiva, o que faria com que entrasse em vigor em todo território nacional, uma vez que, além de possibilitar uma ampliação dentro dos campos de trabalho dos assistentes sociais, esta medida contribuirá para a construção de uma educação mais sólida, qualitativa e humanizada.

3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O serviço social está inserido nos processos desencadeados pelo modo de produção capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações

sociais que foram construídas e desenvolvidas nesse processo determinam novas possibilidades e necessidades sociais e novos problemas que passam a exigir profissionais especificamente qualificados para o seu atendimento.

O serviço social, sendo uma profissão que se encontra totalmente inserida na divisão social e técnica do trabalho, participa da produção e reprodução das relações sociais. Desta maneira, vende sua força de trabalho em troca de um salário, e fica à mercê de uma série de fatores condicionais para efetivar sua prática.

É por isso, que para Iamamoto (2011), o assistente social embora tenha uma, autonomia, devido suas atividades profissionais sofrerem determinações de lutas hegemônicas contidas na sociedade que ora ampliam e ora reduzem os princípios que sustentam a direção social planejada pelo profissional. No âmbito escolar isso significa que o assistente social, embora possa em seu pleno exercício propor formas de intervenção baseada em uma leitura crítica da realidade social, sua prática é perpassada por uma correlação de forças que exibem sua natureza contraditória e uma dimensão política à sua atuação. Sendo assim, a condição do trabalhador assalariado não só enquadra este profissional na relação de compra e venda da força de trabalho, como também modifica sua introdução nos espaços sócio ocupacionais.

Pode-se dizer que os assistentes sociais vivenciam em seus ambientes sócios ocupacionais um processo de precarização, desvalorização e exploração do trabalho. Não resta sombra de dúvidas que as novas tendências do mercado de trabalho, como a flexibilização e a falta de regulamentação e fiscalização, que tanto produzem instabilidade e geram insegurança, estão presentes nas novas condições de trabalho dos assistentes sociais, pois esses profissionais lidam com usuários diferentes e distintos que estão inseridos em situações de violação de direitos, desigualdade social e violência. É nesta compreensão que consentimos junto com Iamamoto quando este afirma:

Verifica-se (...) uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõe limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2011, p.16).

O assistente social enfrenta barreiras no seu dia a dia, desafios sobre sua autonomia profissional, um problema dentro do exercício de negociação política necessário ao seu trabalho, que limita, diversas vezes, sua atuação profissional. Esses obstáculos roubam as condições históricas da categoria, podendo comprometer o fazer profissional individual e coletivo, tornando oscilante a sinalização do projeto ético-político. Iamamoto contribui nesse assunto, quando aborda as alterações que incidem no chamado mundo do trabalho e nas relações entre estado e sociedade, atingem de forma direta o trabalho cotidiano do assistente social (IAMAMOTO, 2011, p. 21-22).

A autora ainda reitera afirmando que um dos maiores desafios para desvendar o exercício profissional está em compreender as particularidades dos processos de trabalho que diante de adversidades diversas, vão atribuindo limites e possibilidades ao exercício e prática do profissional.

3.3 PERCURSO METODOLÓGICO

A realização desta pesquisa se alicerçará num estudo de pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2007) é de extrema importância, tendo em vista que o acesso a livros, artigos e mídias digitais trarão novas possibilidades de conhecimento. O material utilizado é de fácil compreensão e de acesso ao público em geral. O trabalho segue do princípio de fazer um levantamento histórico e evolutivo dos autores das áreas e apresentá-los, de acordo com seus métodos e pensamentos, correlacionando-os com os novos contexto sobre o serviço social enquanto profissão e a atuação do assistente social dentro do âmbito escolar.

A pesquisa tem caráter exploratório e explicativo onde nessa primeira etapa, se caracteriza segundo Gil, (2007) como um estudo que busca uma maior familiaridade com o tema preposto, com o intuito de torná-lo mais explícito ou de construir novas ideias. Ainda para o referido autor o estudo exploratório é usado

quando há pouco conhecimento sobre os temas que são apresentados, o que sugere novas intuições e ideias a respeito da pesquisa.

Na segunda etapa da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa explicativa que para Lakatos e Marconi, (2001) a pesquisa de cunho explicativo procura estabelecer as principais relações de causas e efeitos, buscando identificar os motivos que levam para o acontecimento daquele fenômeno.

O intuito para realização desse trabalho surgiu da percepção de demonstrar a real realidade da assistência social no âmbito das políticas educacionais, as adversidades e possibilidades de inclusão do profissional na educação e suas possíveis contribuições para formação dos indivíduos.

Para alcançar o objetivo desse trabalho foi utilizado 10 artigos acadêmicos e 02 livros sobre os temas debatidos ao longo da pesquisa, onde foram excluídos nesses processos artigos e livros que não se adaptam ao tema em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse sentido que o presente trabalho teve como objetivo principal analisar os diferentes posicionamento dos autores que debatem e defendem a inclusão do assistente social nas políticas de educação, foi constatado a capacidade inegável de contribuição que esse profissional tem na sua área de trabalho, principalmente nas questões sociais, na manutenção e garantia dos direitos pertinentes aquele público. Em relação a atuação desse profissional ela abrange também a família e a sociedade como um todo no planejamento, elaboração e implantação de programas de mobilização e orientação aos indivíduos.

A inclusão do serviço social na política de educação representa um enorme desafio para o profissional que tem como objetivo contribuir para efetivação do direito à educação através de ações que promovem o acesso e a permanência da sociedade na escola, bem como melhorar a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Contudo, entendemos como acontece o papel de uma equipe multiprofissional da escola e como é fundamental que um profissional de serviço social seja incluído nessa equipe, justamente por contribuir trabalhando diretamente com as problemáticas de cunhos sociais dos alunos, o assistente social busca dá suporte para a equipe, no que compete a parte de auxiliá-los no combate das múltiplas expressões da questão social vivenciada pelos alunos em seu ambiente familiar e social, que são refletidas dentro da escola. O trabalho do assistente social na educação é muito valioso juntamente porque poderá além dos muros da escola, ou seja, irá buscar compreender o contexto histórico do aluno, como é a sua convivência familiar e social.

É pertinente que a escola entenda todo o ambiente, familiar e social que o aluno está inserido para que junto com o profissional do serviço social façam intervenção que possibilite melhorias para esse usuário dentro da escola, dessa maneira evitando a evasão escolar, repetição e diminuir a quantidade de drogas entre outros fatores. Portanto o assistente social pode e deve trabalhar também como um mediador entre escola e família, fazendo com que ambos estejam mais presentes no cotidiano dos alunos, contribuindo para uma aproximação entre as duas partes.

Apesar de ser compreendida a suma importância da inserção do assistente social nas escolas públicas, ainda existe um grande empecilho para que aconteça a tão esperada efetivação desse profissional nesse campo, que são nada mais do que desafios e as limitações que a profissão enfrenta para estar inserida no âmbito escolar.

É visível o quão importante é o profissional do serviço social para os autores trabalhados, visto que os mesmos conseguem demonstrar de forma clara as várias possibilidades, competências e atribuições desse profissional dentro das escolas, uma vez que esses são fundamental para uma boa manutenção e um bom funcionamento das políticas educacionais.

Por fim, vale ressaltar que o trabalho do profissional do serviço social, tem uma espécie de contribuição diferenciada dentro da instituição escolar, pelo fato de tentar envolver a família e a comunidade para conseguir uma melhoria significativa na aprendizagem dos alunos. Da mesma forma por trabalhar na busca pela promoção da democracia e da educação, fazendo uma interlocução onde possibilitará um maior esclarecimento à população. Nesse sentido o

assistente social, com o seu conhecimento a respeito dos direitos dos cidadãos, poderá fazer a mediação entre escola, comunidade e sociedade, contribuindo assim para que a instituição de ensino alcance sua função social garantindo dessa maneira os direitos fundamentais da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais.** Cartilha – O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

ALMEIDA, N. L. T. **A educação e os processos políticos-pedagógicos de construção de novas formas de sociabilidade.** IN: Serviço Social e Educação. Larissa Dahmer.

ALMEIDA, N. L. T. (orgs.). 3 ed. – RJ: Lumen Juris, 2012.

ALMEIDA, N. L. T. **O Serviço Social na educação.** Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2000.

ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e política educacional.** Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação. BH, 2003.

ALMEIDA, N. L.T. **O Serviço Social na educação. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social.** Brasília, 2000.

AMARO, S. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios.** Petrópolis: Vozes, 2017.

BAGLIANO, R. V. **Educação brasileira.** Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/21225/educacao-brasileira>> Acesso em 20 de Setembro de 2022

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social comentado.** 1ª Ed. Org. CEFSS. São Paulo. Ed. Cortez, 2012.

BENTO, A. M. O. **Percepção da equipe multidisciplinar frente à função do pedagogo numa escola de educação especial.** [2007]. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Ana%20Maria%20-%20Final.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2022

BITTAR, M, BITTAR, M. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade.** Maringá, 2012.

BRAGA, R. **A política do precária do: populismo à hegemonia lulista.** São Paulo:Boi tempo, 2012. p. 257.

BRASIL. M. E. **Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010: Documento-referência: Construindo o sistema nacional articulado de educação: O Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação.** Brasília, 2009

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3688, de 02 de Novembro de 2000.** Dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais de educação em cada escola. Diário da Câmara dos Deputados: Poder Legislativo, 02 de Novembro 2000

CARVALHO, F. V. **Educação no Brasil no Período da Primeira República (1889-1929).** Disponível em: <<http://frankvcarvalho.blogspot.com.br/2011/06/educacao-no-brasil-no-periodo-da.html>> Acesso em 28 de Setembro de 2022.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação** (título provisório). Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS, 2011.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação Brasília: DF, 2001.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2012.

CHAGAS, I. D. **O que é a Desigualdade Social e a Alienação das Massas.** 1ª Ed. Muzambinho: Clube dos Autores, 2010.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social.** SP: Cortez, 2010.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e saber institucional.** 11. Ed. São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação.** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2008

GADOTTI, M. **Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito.** 13 ed. Cortez, São Paulo, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade.** 26 ed. São Paulo, Cortez: 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, M. S. G. **Educação Brasileira: problemas, desafios e perspectivas.** Disponível em: < <http://marciasglima.blogspot.com.br/2011/02/educacao-brasileira-problemas-desafios.html>> Acesso em: 10 de Outubro de 2022

MADEIRA, M. C. **Representações sociais e decisão: breves considerações.** Educação em Questão, Natal, n. 1, [s.p], 1998

MARTINELLI, M. L. **Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema.** In: Serviço Social e Sociedade. 43. ed. São Paulo: Cortez, 1993.p136.

MARTINS, E. B. C. **O Serviço Social na área da Educação.** In: Revista Serviço Social & Realidade, Franca, V. 8 N. 1, 1999.

PALMA FILHO, J. C. **Política Educacional Brasileira.** São Paulo: Cte Editora, 2005.

PRATA, D. F. **História da Educação no Brasil: da nova república aos dias atuais.** Disponível em: <<https://prezi.com/31z5u2kznd4s/história-da-educacao-no-brasil/>> 2013>. Acesso em: 20 de Agosto de 2022

SACRISTÁN, J. G; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino.** Tradução Ernani. F. da Fonseca Rosa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed,1998.

SANTOS, A. M. **A Educação no Brasil na atualidade.** Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-no-brasil-na-atualidade.htm>> Acesso em 20 de Outubro de 2022

SANTOS, A. M. **Escola e serviço social: juntos no enfrentamento da exclusão social.** Santa Maria, 2008. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educação/escolaeservicosocial.asp>>. Acesso em: 08 de novembro 2022.

SOUZA, I. L. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2008.

THOMAZ, J. R. **A educação no Brasil nos dias atuais.** Disponível em:<<http://www.oartigo.com/index.php?/educacao/a-educacao-no-brasil-nos-dias-atuais.html>> Acesso em 15 de Outubro de 2022